

PT CADERNOS DO **PT**

3ª Edição



UM PARTIDO DE MASSAS, DEMOCRÁTICO E DE LUTAS

Apresentação

O objetivo deste caderno é o de informar, resumidamente, o que é o Partido dos Trabalhadores, sua história e seu objetivo principal, que é a construção de uma sociedade sem exploração nem opressão, uma sociedade socialista.

Trabalho de iniciação, é fundamental que os companheiros avaliem, no contato com simpatizantes e recém-filiados, o alcance e as limitações deste caderno, a fim de que, conhecidas as críticas, ele possa ser reformulado.

São Paulo, maio de 1986



Este caderno foi produzido sob a responsabilidade da Comissão Executiva Nacional do PT.

Por que o trabalhador precisa fazer política?



P: O que é política?

R: Política, na cabeça de muita gente, é atividade para prefeito, governador e parlamentar. Por isso, quando se pensa em política, logo vem na cabeça a idéia de candidato caçando votos, fazendo promessas e mais promessas para depois sumir e só aparecer nas próximas eleições prometendo tudo outra vez. Quem era da oposição vira situação, e assim por diante... Política, para muitos, "é pura perda de

tempo; é bate-boca que não leva a nada, pois todos os políticos são iguais: nunca resolvem os problemas do povo, nem mudam a situação; sempre foi assim e vai continuar sendo... Assim, que cada um cuide de si..."

P: Mas, por que é esse o pensamento da maioria?

R: É que essa idéia foi metida na nossa cabeça pelas classes dominantes, pelos poderosos, pelos patrões, pelos ricos, pelos grandes proprietários de terras, pelos banqueiros, pelos grandes industriais, para manter o povo afastado das decisões. Se o povo não faz política, não participa, não se organiza, aí sim eles podem fazer política e continuar mandando sozinhos. Essas idéias negativas sobre a política são as mesmas que os poderosos espalham quando mandam ensinar nas escolas que "sempre houve e sempre haverá pobres e ricos, patrões e empregados, pois isso é da natureza humana"...

P: Então há uns que fazem política e outros não?

R: Na verdade não dá para deixar de fazer política. Mesmo não fazendo, a gente acaba tomando parte da política. Fazemos política quando ficamos a favor ou contra o que está acontecendo. Também fazemos política se ficamos quietos no nosso canto, deixando as coisas como estão. Portanto, há duas maneiras de fazer política: participando, opinando, influenciando, ou deixando que os poderosos e seus representantes façam em nosso lugar, enquanto a gente fica calado, consentindo.

P: Então, como fazer política?

R: Sabemos, pela própria experiência, que para cada tipo de trabalho existe uma ferramenta certa. Para cortar uma árvore, há o machado. Para apertar um parafuso, existe a chave-de-fenda. São instrumentos construídos pelo homem, na vida em sociedade, e que o ajudam a satisfazer determinado tipo de necessidade. Na luta também é assim. A ferramenta para conseguir luz e esgoto em um bairro é um grupo de moradores unidos e organizados



para reivindicar. A ferramenta para conseguir aumentos salariais e melhores condições de trabalho é a participação dos trabalhadores nos grupos de fábrica e nos Sindicatos. Também para conseguir terra para plantar, casa para morar, escola para estudar, nada é dado de mão beijada. Só mesmo com organização, participação e luta. Fazemos política com essas ferramentas.

P: E o partido político, para que serve?

R: O partido político também é uma ferramenta. E a ferramenta mais adequada para a luta política mais ampla, mais geral. Os partidos políticos são formados para representar os interesses de uma parte da população que quer lutar para ter o poder e a força de organizar a sociedade. Se é um partido formado por banqueiros, industriais e latifundiários, vai defender os interesses dessas pessoas (é o caso da grande maioria dos partidos existentes no Brasil). Vai lutar para manter os seus privilégios, para aumentar cada vez mais os seus lucros. Por isso, não vai querer que mudem as regras de fazer política, o jeito de governar, o regime político. Em resumo, este partido luta para continuar no poder, para man-

dar no Estado, para manter seus interesses de classe dominante.

P: Mas, e se for um partido de trabalhadores?

R: Se é um partido de trabalhadores, vai defender e representar os direitos dos oprimidos e explorados. Vai lutar, como faz o PT, por melhores condições de vida para os trabalhadores, combatendo o que está na base da existência do regime: a exploração econômica e a dominação política por parte dos poderosos. Um partido de trabalhadores, portanto, luta para acabar com o poder das classes dominantes, luta para mudar a sociedade, para construir um novo regime.

P: Como é isso?

R: Para construir uma sociedade sem explorações nem injustiças, todas as ferramentas são necessárias, todas as formas de luta são válidas: os sindicatos, os grupos de moradores, as associações de bairros, os vários tipos de movimentos, etc. Mas para os trabalhadores é fundamental ter um partido político forte e organizado para chegar lá. A história já mostrou em inúmeras ocasiões e em diversos países: só com um partido próprio, independente, os trabalhadores podem tomar o poder em suas mãos.



Da velha à "Nova" República



P: Como é essa história dos partidos?

R: Desde que surgiram na sociedade brasileira, os partidos políticos foram em geral formados de cima para baixo, sem a participação do povo, defendendo os interesses dos poderosos. Quando o Brasil era Colônia de Portugal e depois virou Império, só mandavam os nobres e os donos de terras. O povo não tinha vez nem voz. Só votavam os que tinham uma determinada extensão de terra ou um número grande de cabeças de gado. Logo que surgiu a República, começaram a existir partidos políticos mais organizados. Mas eles eram controlados pelos fazendeiros de cada Estado, que brigavam entre si pelo poder. O povo só votava para escolher um dos

candidatos dos fazendeiros. Era a época do "voto de cabresto" e as mulheres não tinham direito de votar ou de serem votadas.

P: Mas a "revolução" de 1930 não foi feita para acabar com o "voto de cabresto"?

R: Em 1930, uma parte dos fazendeiros se uniu aos donos de indústrias. Juntos, botaram Getúlio Vargas no poder. Os trabalhadores já haviam começado a se organizar em torno de seus interesses, mas só uma pequena parte participava no Partido Comunista, fundado em 1922. Em 1937, com o golpe do Estado Novo, todos os outros partidos políticos foram proibidos e as tentativas do povo se organizar foram violentamente reprimidas. De 1945, quando Getúlio caiu, até 1965 (um ano depois do golpe militar conhecido como "revolução de 1964"), res-surgiram ou nasceram vários partidos políticos. A grande maioria, porém, defendia interesses contrários aos dos trabalhadores. Alguns até se diziam trabalhistas, mas só mobilizavam o povo para conseguir apoio para seus candidatos.



P: Por que depois do golpe militar os trabalhadores não conseguiram criar um partido?

R: Porque, a partir de 1964 mais uma vez a organização e as lutas do povo, que tinham crescido no período anterior, foram violentamente reprimidas. Trabalhadores foram perseguidos e torturados. Os militares criaram, sempre de cima para baixo, a ARENA, que era o partido do governo, e o MDB, que era o partido de oposição consentido. Todas as manifestações dos trabalhadores foram banidas. As medidas econômicas adotadas pelo governo aumentaram a participação do capital estrangeiro no país e arrocharam os salários dos trabalhadores. No plano político, o Ato Institucional nº 5, baixado em 1968, e a Lei de Segurança Nacional, que instituiu a

pena de morte e o banimento para crimes políticos, praticamente acabaram com as possibilidades de oposição legal ao regime militar.

P: Então acabou a resistência?

R: Não, os grupos políticos clandestinos de oposição ao governo tentaram de várias maneiras organizar os trabalhadores. Recorreram a várias formas de luta, principalmente à luta armada, através da guerrilha rural e urbana. Centenas de militantes, inclusive operários e camponeses, foram torturados, presos e mortos. Milhares de brasileiros foram obrigados a se exilar. Organizações militares e paramilitares de extrema direita tomaram conta do país. A participação nas eleições resumia-se a dizer não ao governo, votando no MDB, um par-



tido que era um verdadeiro "saco de gatos": dentro dele tinha gente que defendia os trabalhadores, mas também havia patrões insatisfeitos porque queriam maiores vantagens do governo. Os militares não davam moleza. Quem saía um pouco da linha era cassado e perdia o mandato.

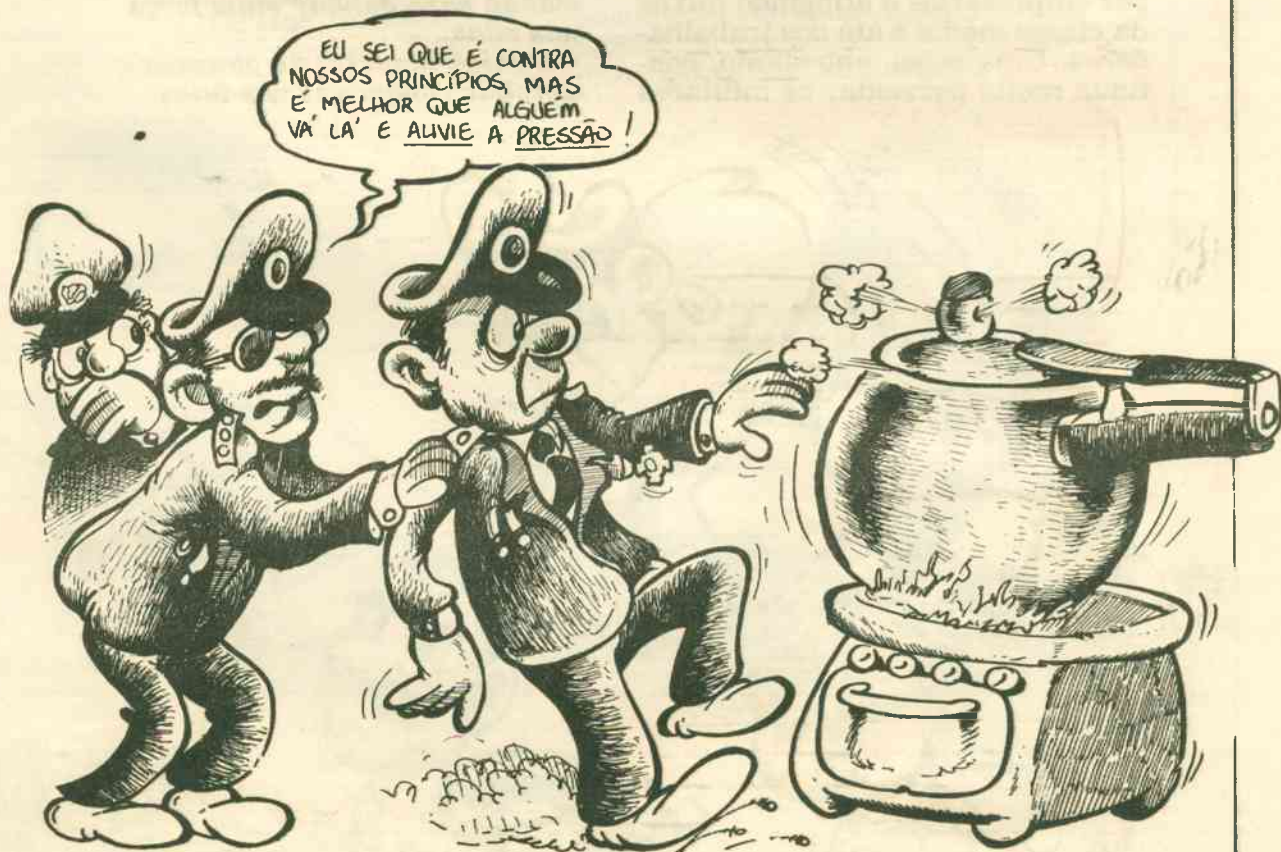
P: Como foi possível mudar a situação?

R: Apesar da repressão e do fechamento político, a crise econômica foi aumentando a partir de 1973 (de 1969 a 1973 houve o chamado "milagre econômico", quando o país cresceu a uma média anual superior a 10%) e a organização dos trabalhadores ressurgiu com força. Para enfrentar a nova situação, o governo iniciou em 1974 o processo de distensão, desdobrado, em 1978, na chamada "abertura política": resolveu abrir um pouco a válvula da panela de pressão que estava começando a ferver, para evitar qualquer explosão. Desse modo, o go-

verno aliviou a pressão, para continuar mantendo o controle sobre o povo. Pouco a pouco, o regime militar foi cedendo à pressão dos movimentos sociais que ganhavam expressão. Disso resultaram a Anistia, um certo afrouxamento da censura política, um abrandamento da LSN e o próprio fim do AI-5, que acabou sendo incorporado à Constituição, junto com as medidas de emergência e de defesa do Estado.

P: Os trabalhadores tiraram algum proveito dessas mudanças?

R: É nesse quadro de liberalização do regime militar e de crescimento das lutas do movimento popular e sindical, tendo como auge as grandes greves do ABC, em 1978, que nasce o Partido dos Trabalhadores (PT). Hoje, sob a "Nova República", já não existe mais ditadura militar. As lutas do povo e a campanha por eleições livres e diretas detonada pelo PT contribuíram para corroer a base política da ditadura.



Mas como ela não foi derrotada nas ruas, nem houve um processo real de democratização do Estado, continuamos vivendo num regime onde a burguesia domina, embora agora sob novas formas e por outros meios.

P: Se a ditadura militar acabou, como o governo enfrenta o movimento sindical e popular?

R: A gente precisa entender que mudou o quadro político brasileiro. Enquanto antes, no regime militar, predominava a repressão aberta, a intimidação, o estímulo à despolitização, hoje, com o governo da Aliança Democrática, a tática para enfrentar o movimento popular e sindical é a de dividi-lo, dispersá-lo e ganhar ("cooptar") suas lideranças. Antes, o regime era monopolizado pela burguesia financeira e estrangeira e se sustentava na união das forças armadas, apoiadas por tecnocratas. Agora, o regime da "Nova República" apóia-se numa base social mais ampla, liderada por empresários e atingindo faixas da classe média e até dos trabalhadores. Uma coisa, entretanto, continua muito parecida: os militares

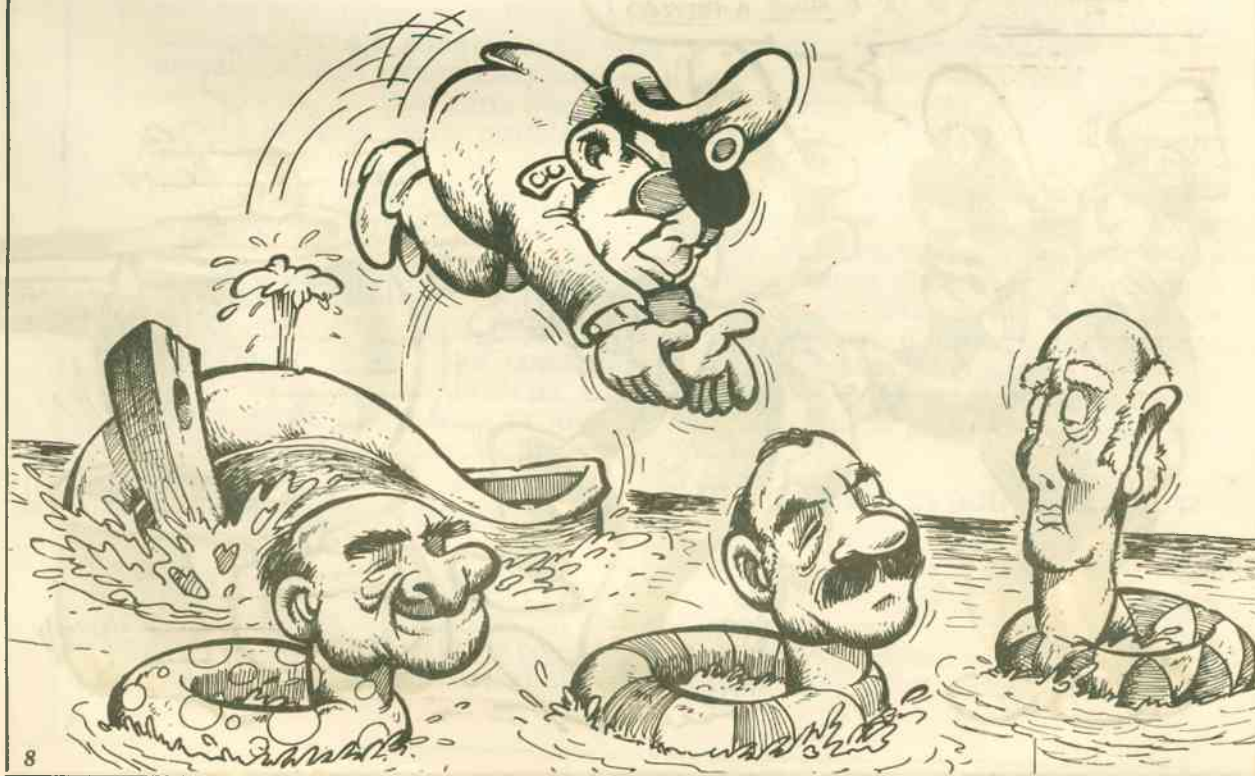
mantêm a tutela sobre o governo e até agora não foram atendidas as principais reivindicações de mudanças econômico-sociais reclamadas pelas massas nas ruas. Além disso, o atual governo, apesar de deixar para trás uma forma de regime muito desgastada, mantém intocadas as formas tradicionais de exploração e opressão no país. A Aliança Democrática procura fazer com que o povo e os trabalhadores continuem fora dos processos de decisão e controle das medidas do governo.

P: Como surgiu o PT?

R: A idéia de formar um partido dos trabalhadores já vinha amadurecendo durante as lutas de 1978. Os trabalhadores em greve por aumento de salários, as lideranças de vários movimentos sociais, e antigos combatentes da ditadura militar chegaram à conclusão de que:

** era preciso unir todos os trabalhadores do campo e da cidade para ganhar mais força nas lutas;*

** a única maneira de garantir e ampliar conquistas nas lutas*



contra os patrões e o governo era participar das decisões políticas e econômicas do país;

* para isso, seria necessário que todos os trabalhadores, juntos, construíssem uma nova ferramenta: um partido político, de classe, dos trabalhadores. Só com ele seria possível acabar com o capitalismo, esta máquina que gera a exploração e a dominação que oprimem o povo brasileiro.

P: Como devia ser esse partido?

R: Este novo partido político, que nascia de baixo para cima, diferente de todos que haviam surgido no país, precisava ter algumas características:

* ser um partido amplo, aberto, de massas, do qual participassem todos os trabalhadores;

* um partido onde todas as decisões fossem tomadas e discutidas amplamente por todos os filiados;

* um partido que participasse da organização e da luta dos trabalhadores e do povo, nas fábricas, nas escolas, nas vilas, no campo, nos sindicatos, nos bairros;

* um partido que unisse as diferentes lutas das cidades e do campo na direção de uma nova sociedade;

* um partido comprometido com a construção do socialismo. Ou seja, um partido que luta pela ruptura da ordem econômica e social capitalista e pela construção de um sistema social que deve gerar as condições para o fim da exploração do homem pelo homem. Um partido que se dispõe a superar o capitalismo aqui desenvolvido a partir das condições sociais, culturais e políticas desse próprio capitalismo e do nível alcançado pela luta de classes na sociedade.

P: Mas um partido desses não nasce pronto e acabado...

R: Claro que não! Ele tem de ser construído com a participação dos trabalhadores e vai crescendo à medida em que forem crescendo as lutas dos trabalhadores. Nessa caminhada, é preciso ter a compreensão de que o PT é um instrumento de intervenção política, com a tarefa central de conquistar o poder político para os trabalhadores.



O PT e os outros partidos



P: Quer dizer que o PT é diferente dos outros partidos?

R: Desde que nasceu, a partir das lutas dos trabalhadores, o PT vem rompendo com duas práticas tradicionais da política brasileira e dos partidos que se formaram no país. Primeiro, o PT rompeu com o clientelismo populista, isto é, com o vício dos partidos e dos políticos que mantêm uma relação pessoal com o eleitor: o político ou o partido presta um favor qualquer e, em troca, o eleitor lhe dá o seu voto. Ao mesmo tempo, o PT surgiu diferente dos tradicionais partidos de esquerda no Brasil, rompendo com a prática "vanguardista" que os caracteriza. O PT, por um lado procura manter-se integrado com as grandes massas trabalhadoras, representando seus interesses, mas sem tutelá-las. Por outro, com base na própria experiência de luta dessas massas, procura indicar-lhes o caminho para a conquista de uma sociedade sem explorados nem exploradores. E, por fim, tem suas portas abertas para aqueles que querem integrar-se nele.

P: Quais as condições para ingressar no PT?

R: Estar de acordo com o Programa, com o Estatuto e ter compromisso com a luta dos trabalhadores. Observadas essas condições, tanto católicos quanto ateus, marxistas e não marxistas, protestantes e não protestantes, todos podem filiar-se ao PT.

P: O que significa ser um partido de massas?

R: O PT é um partido de massas porque busca incorporar na vida política, de forma ativa e consciente, amplas parcelas de trabalhado-

res, e não apenas uma minoria. Desse modo, o PT supera tanto as práticas do "cabo eleitoral" como a das "células" de base, muito comuns em outros partidos brasileiros.

P: Existe alguma contradição entre ser um partido de massas, democrático e de lutas e, ao mesmo tempo, ser um partido que busca dirigir a luta social e política dos trabalhadores, tendo por objetivo o socialismo?

R: Não. O PT não segue simplesmente "a reboque" das massas. Ele tenta sintetizar o conjunto das experiências de luta e as propostas construídas ao longo da história da classe trabalhadora brasileira e de outros povos para dirigir a luta dos trabalhadores.

P: De que forma o PT é democrático?

R: O PT é um partido democrático, porque permite a mais profunda e ampla discussão, a livre circulação de idéias e de opiniões, a mais ampla manifestação de todas as correntes políticas e de pensamento. Nisso também ele se diferencia das outras propostas partidárias existentes no país. Apesar de abrigar diversas tendências políticas, o PT é um partido e não uma frente de organizações. Ou seja, após todo o processo de discussão e decisão em que todos os filiados participam, o partido adota posições que são expressão da maioria e que devem ser acatadas pelo conjunto, reconhecidos os direitos das minorias e sua possibilidade de converter-se em maioria. Estes são princípios já consagrados na história do PT e que o distinguem fundamentalmente dos outros partidos existentes no país.

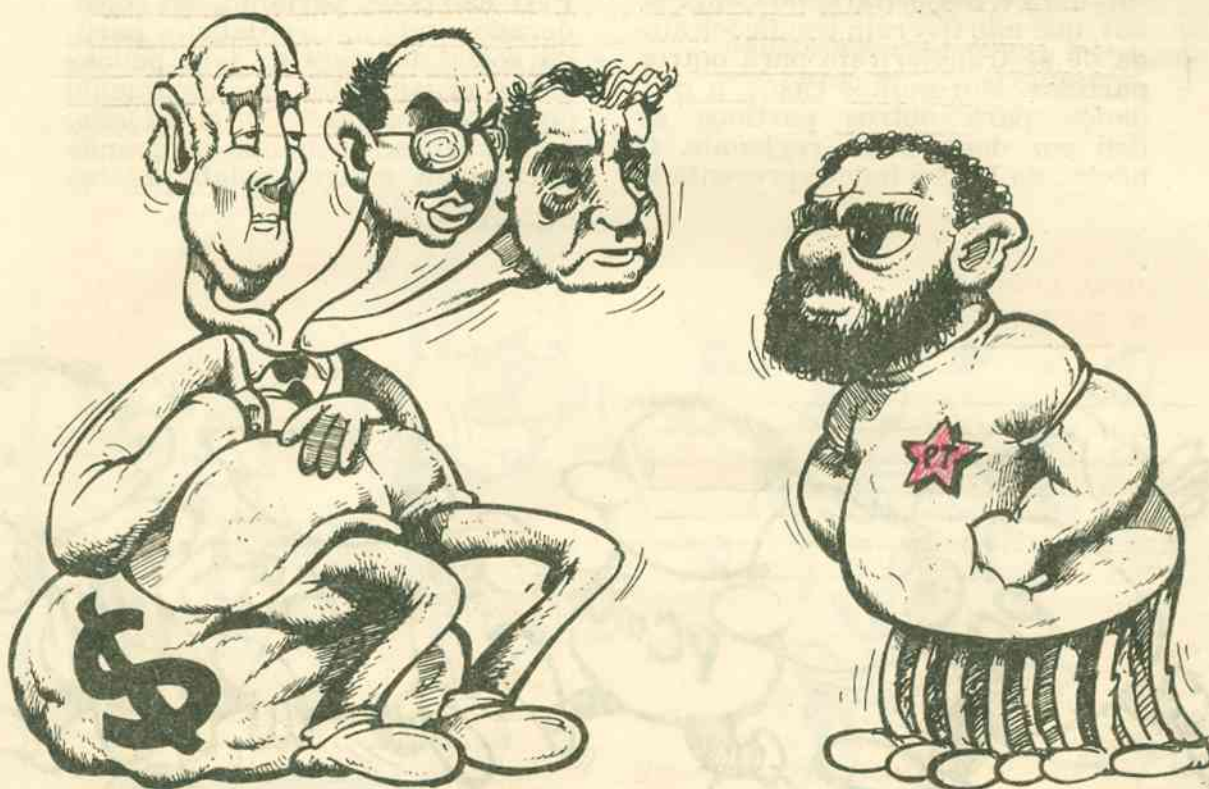
P: Como são os outros partidos?

R: A maioria desses partidos se restringe a ser máquinas eleitorais e grupos de pressão para conseguir cargos no aparelho de Estado: é o caso dos partidos burgueses como o PDS, PFL, PMDB ou PTB. Teori-

camente, os partidos se organizam a partir de um programa político, isto é, de um projeto para a sociedade. Todos os partidos têm programas registrados. No entanto, a grande maioria se aglutina de fato em torno da defesa de determinados interesses, e os programas ficam apenas no papel. Este fato é exemplificado pela constante troca de políticos entre o PDS, o PFL, o PTB, o PDT e o PMDB. Chamamos de burgueses os partidos que pelo seu programa, pela sua composição e, principalmente, por seus atos, defendem o regime capitalista. Estes partidos podem ter bases populares (sem isso nenhum partido pode ganhar eleições), mas sempre bases não organizadas e sem condições de controlar a sua direção, que é constituída fundamentalmente por políticos profissionais a serviço da burguesia.

P: Mas o PMDB não era um partido popular?

R: O PMDB é hoje o partido burguês mais importante do país. É um partido de um tipo especial, pois tem origem no antigo MDB, o único partido de oposição tolerado pela ditadura até 1979, e que portanto até este ano agrupava muitas correntes autenticamente populares, embora tivesse já então uma direção conservadora. De lá para cá, o PMDB está se tornando cada vez mais conservador, e vem perdendo progressivamente as correntes populares que tinha no seu interior, já que tem por limite a instituição do "Estado de Direito" no Brasil, ou seja, uma democracia burguesa típica. Este fato se acentuou a partir do começo de 1985, quando o PMDB se tornou o principal partido no governo federal.



Atualmente, o PMDB abriga muitos ex-colaboradores da ditadura militar, muitos conservadores (alguns apoiaram ou foram simpáticos a Jânio Quadros), muitos grandes empresários. Por outro lado, ainda há no PMDB correntes populares que podem ser ganhas pelo movimento sindical e popular.

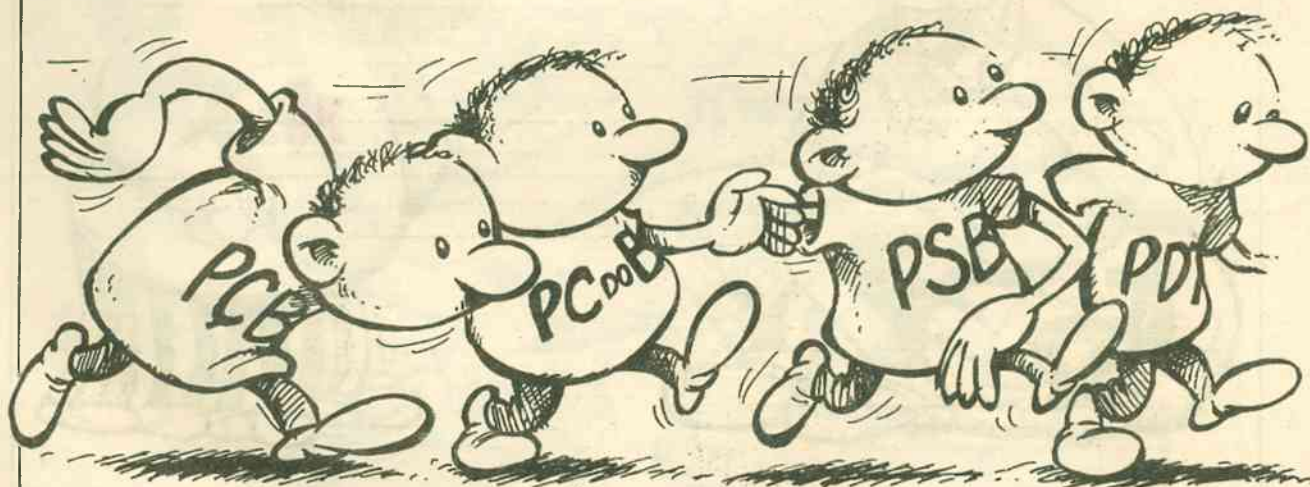
P: E o PFL, o PTB e o PDS, o que representam?

R: O PFL é o partido que vai substituindo a antiga ARENA e o antigo PDS: é fundamentalmente o PDS renovado, para se adaptar ao fim da ditadura militar, para se livrar do enorme desgaste que o PDS tinha. O PTB representa um populismo de direita, extremamente conservador, que não tem nada a ver com o antigo PTB varguista, que era uma forma de populismo mais "popular" e nacionalista. Reúne um enorme grupo de antigos colaboradores da ditadura militar. O PDS abriga hoje os sobreviventes do velho PDS (até 1984 o partido da ditadura e majoritário no Congresso), que não tiveram condições ainda de se transferirem para outros partidos. Em muitos casos, a mudança para outros partidos se deu por desavenças regionais. O núcleo do PDS é hoje representado

por Maluf e seu grupo mais próximo, embora haja malufistas em vários partidos.

P: O PDT se declara socialista: o que há de verdade nisso?

R: A exceção do PT, o principal partido que se declara socialista hoje no Brasil é o PDT brizolista. Este partido é o herdeiro do velho PTB getulista, mas após a volta de Brizola do exílio trouxe novos ares social-democratas. Em geral, a social democracia, forte sobretudo na Europa Ocidental, é uma corrente que se declara socialista e que tem grandes bases organizadas na classe operária (em geral dirigindo os principais sindicatos, como ocorre na Alemanha Ocidental, na Grã-Bretanha, nos países escandinavos). Contudo, quando no governo, se limita a administrar o capitalismo com maiores preocupações sociais. Dela já se falou que representa a política burguesa no interior do movimento operário e popular. O PDT não pode, portanto, ser considerado ainda um verdadeiro partido social-democrata: tem poucas bases organizadas no movimento operário e popular. Por outro lado, o PDT está se formando em grande parte com antigos colaboradores



da ditadura militar (como Adhemar de Barros em São Paulo). Assim, até hoje, o PDT tem na verdade muito pouco de socialista. Contudo, é um partido que procura ocupar um espaço à esquerda do governo da Aliança Democrática e por isso é o partido que tem maiores possibilidades de fazer alguma aliança com o PT.

P: E os Partidos Comunistas, onde ficam nessa história

R: O PCB combina duas referências fundamentais: a defesa do "socialismo" tal como existe na URSS, e o apoio incondicional à Aliança Democrática, representando inclusive um setor moderado no seu interior. Defende, portanto, uma visão

extremamente reformista e conciliadora do socialismo. No plano sindical, tem sido um dos sustentáculos da CONCLAT (agora CGT), que representa o setor menos combativo do sindicalismo. Apesar de reduzidas, o PCB tem bases organizadas no interior do movimento ope-



rário e popular. Isto, em tese, permite algum grau de colaboração entre ele e o PT. Mas na prática isto tem se revelado muito difícil, dado o apoio que o PCB dá ao governo e à sua linha conservadora no movimento sindical. O PC do B difere do PCB por se referenciar não no socialismo da URSS, mas no da Albânia. A não ser por esta diferença no plano internacional, o que falamos do PCB se aplica também ao PC do B. E, com a diferença do PC do B ser ainda mais agressivo na defesa da Aliança Democrática, no combate aos que como o PT e a CUT têm uma política independente, etc.

P: O PSB tem alguma expressão?

R: O PSB ainda luta por se constituir: é uma tentativa de criar uma social-democracia mais autêntica do que a do PDT. Mas onde o PSB chegou a ter alguma expressão (no Recife e no Rio de Janeiro), ele foi apenas uma sublegenda do PMDB. Assim, o futuro do PSB dependerá da evolução das lutas internas do PMDB.



Programa, Estatuto, Organização



P: E ao PT, também não faltam muitas definições?

R: É verdade. Mas essas definições a prática e a experiência dos trabalhadores irão acertando ao longo do tempo. E algumas linhas já são consensuais: o PT não confunde socialismo com social-democracia. O PT não luta para reformar o capitalismo, mas para fundar uma nova sociedade, um novo regime sem exploração, sem antagonismos entre as classes. Um sistema social que prevê a socialização dos meios de produção e das relações políticas, isto é, a distribuição do poder e da riqueza entre os trabalhadores — eis o socialismo que o PT defende. Na construção dessa sociedade, o PT certamente se beneficia das experiências positivas e negativas já vividas por outros povos. Mas o socialismo no Brasil será obra dos trabalhadores e do povo brasileiro, a partir de suas próprias condições e seguindo o seu próprio caminho de construção, expresso no Programa do partido.

P: O que é o Programa do PT?

R: O programa do PT apresenta as propostas que ele tem para toda a sociedade. Estabelece os princípios gerais, antecipa o tipo de sociedade que ele organizará quando chegar ao poder. Orienta, ainda, as atividades do partido no seu dia-a-dia, apontando o caminho que temos a seguir e onde a gente quer chegar. Eis alguns pontos do Programa do PT:

** a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores;*

- * liberdade de organização partidária e sindical;*
- * direito de greve;*
- * ensino gratuito;*
- * independência nacional;*
- * apoio às mulheres, negros e índios;*
- * melhores condições de vida e de trabalho;*
- * redução da jornada de trabalho sem redução do salário;*
- * reforma agrária ampla e massiva, sob controle dos trabalhadores;*
- * solidariedade às lutas dos trabalhadores de todo o mundo que lutam por sua emancipação.*

P: E o Estatuto?

R: Junto com o Programa, temos o Estatuto, que são as regras internas do Partido, que dizem como ele vai se organizar, como funciona, como são tomadas as decisões, quais os direitos e deveres dos militantes, como é administrado o dinheiro do partido, etc. O Programa e o Estatuto estabelecem também princípios gerais para a organização do partido. Mas não fixam modelos prontos e acabados, que acabam funcionando como camisa de força. As formas de organização devem ser dinâmicas, ajustando-se a cada realidade e a cada momento histórico.

P: Além do Programa e do Estatuto, o PT tem um Regimento Interno. Para que ele serve?

R: O Estatuto do partido é obrigado, pela legislação partidária brasileira, a ajustar-se às leis que garantem justamente a prática do "cabo eleitoral" e impedem a democracia interna. O Regimento Interno foi feito, então, para garantir os direitos dos filiados e fazer com que a democracia exista de fato dentro do PT.

P: Que garantias são essas?

R: O Regimento Interno estabelece que todos os filiados têm os mesmos direitos e que as decisões sejam tomadas através de amplas consultas com as bases. Para garantir esses direitos democráticos, o Regimento Interno fez com que o organismo máximo de deliberação do PT sejam os Encontros ou Pré-Convenções distritais, zonais, municipais, estaduais ou regionais e nacional. E assegura o funcionamento dos Núcleos como organismos de base do partido.

P: Como funcionam os Encontros?

R: Os Encontros são realizados pelo menos uma vez por ano e o Regimento Interno assegura o direito de participação e de voto aos filiados acima de 16 anos. Nas cidades grandes, onde podem ser formados, além do diretório municipal, diretórios distritais e diretórios zonais, será preciso realizar encontros distritais, encontros zonais e encontro municipal. Do encontro distrital podem participar todos os filiados do partido, com a incumbência de discutir os planos de luta e de trabalho organizativo, as táticas política e eleitoral e de eleger os delegados ao encontro zonal ou municipal, além

de eleger o diretório distrital. Do encontro municipal das cidades grandes participam os delegados eleitos nos encontros distritais. No caso de cidades pequenas, onde não há diretórios distritais ou zonais, o Encontro Municipal funciona do mesmo modo que o Encontro Distrital de uma grande cidade, dele participando todos os filiados. Os encontros municipais elegem os delegados ao Encontro Estadual e decidem sobre a escolha de candidatos a vereador e prefeito pelo PT.

P: E para que serve o Encontro Estadual?

R: Do Encontro Estadual participam, com pleno direito a voz e voto, os delegados eleitos nos Encontros Municipais. Ao contrário dos demais partidos, no Encontro Estadual do PT não existe o voto acumulado, isto é, o direito de alguns delegados, por serem parlamentares, ou dirigentes, votarem mais de uma vez. No PT, cada delegado é um voto. No Encontro Estadual são escolhidos os delegados ao Encontro Nacional, são traçadas as políticas do partido para o Estado e são escolhidos os candidatos a governador e vice-governador, senador, deputados federais e estaduais.



P: E o Encontro Nacional?

R: É a instância máxima de decisão do PT. O que ele decide, só outro Encontro Nacional pode mudar. Por isso, só o Encontro Nacional pode aperfeiçoar ou mudar o Programa, o Estatuto e o Regimento Interno. O mesmo vale para a plataforma política, que é a adaptação do programa para um período determinado. As decisões do Encontro Nacional devem ser observadas por todas as demais instâncias do PT, sejam diretórios ou núcleos.

P: Mas o que são realmente os núcleos?

R: São os organismos de base do PT, que estão entrosados diretamente no movimento social, nos locais de trabalho e moradia e nas categorias profissionais. Os núcleos procuram discutir os problemas locais dos movimentos em que estão inseridos, de modo a articular esses problemas e sua solução com os problemas e soluções gerais de todos os trabalhadores. Desse modo, os núcleos funcionam como órgãos de elaboração e formação política e, ao mesmo tempo, como instrumentos de fortalecimento dos movimentos sindical e popular. Para isso é importante que os núcleos respeitem a autonomia desses movimentos, procurando também levá-los a conhecer e a compreender as propostas políticas do PT.

P: Para que servem os diretórios?

R: Os diretórios são as organizações do PT nas cidades (Diretórios Municipais), nos Distritos e Zonas (Diretórios Distritais e Zonais), assim como nos estados (Diretório Estadual ou Regional) e no país in-

teiro (Diretório Nacional). Aos diretórios distritais, zonais ou municipais cabe coordenar e orientar as atividades dos núcleos, das bancadas de vereadores, dos grupos de trabalho e dos filiados em geral. Todos os filiados do partido no âmbito de um desses diretórios, participam da escolha dos membros do diretório, encarregados de dirigir a ação do partido no local. O diretório estadual ou regional coordena e orienta a ação dos diretórios municipais e zonais e o diretório nacional a ação dos diretórios estaduais. Toda essa estrutura, porém, deve ser colocada em função da luta dos trabalhadores, contribuindo para sua organização e conscientização.



Secretaria Nacional de Formação Política
Secretaria Nacional de Organização
Secretaria de Formação Política do PT-SP
Secretaria de Organização do PT-SP